



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

ATA DA 452ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS – CEDCA/MG, REALIZADA EM SETE DE JUNHO DE 2024, às 09:00 por meio do link de reunião virtual: <https://meet.google.com/dxc-uaxw-tgh> e por força do Regimento Interno – **Resolução CEDCA nº34/2011**, pelo **Art.9º**- parágrafo único: “*Havendo vacância coletiva da Diretoria Executiva, o Conselheiro titular mais idoso assumirá a Presidência interina até a nova eleição que deverá ser realizada na primeira sessão Plenária que ocorrer, reúnem-se em Plenária Extraordinária*”, a sessão foi iniciada e presidida interinamente por Jonacir Dadauto com o comparecimento dos(as) seguintes conselheiros(as) e convidados(as). **Conselheiros(as) governamentais TITULARES:** Pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/Subsecretaria de Direitos Humanos: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo. Pela Secretaria de Estado Trabalho e Desenvolvimento Social/SUBAS, Paula Cristina Vieira. Pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Giselle da Silva Cyrillo. Pela Secretaria de Estado da Educação, Geniane Pereira dos Santos. Pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Jussara Guiomar Ferreira Vilaça Pardo. Pela Secretaria de Estado de Fazenda: Wilson de Sales Lana. Pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais Deputada, Alê Portela. **Conselheiros(as) governamentais SUPLENTEs:** Pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Gilson Alves da Silva; Pela Secretaria de Estado da Educação, Mariângela de Bessa Chácara; Pela Secretaria de Estado de Saúde, Nayara Resende Pena; Pela Polícia Militar de Minas Gerais, Marco Túlio Fernandes Alves. **Conselheiros(as) da Sociedade Civil TITULARES:** Pela Associação Amigos do Bugre: Edson Oliveira Edinho Ferramenta Cunha. Pela Associação Beneficente ÁGAPE – ABA: Hudson Roberto Lino. Pela Associação 04 de Agosto: Patrícia Araújo de Azevedo Alves. Pela Inspetoria São João Bosco: Andressa de Oliveira Lima. Pela Rede Cidadã: Jonacir Dadauto. Pela Associação Pingo de Luz, Carla Valéria Soares Vita. **Conselheiros(as) da Sociedade Civil SUPLENTEs:** Pela AXÉ Criança, Claudinei dos Santos Lima. Pela Convenção Batista Mineira Ramon de Oliveira. **Justificativas de Ausências apresentadas: Conselheiros(as) governamentais TITULARES:** Pela Secretaria de Estado de Saúde, Amanda Gomes de Souza Camargos. Pela Polícia Militar de Minas Gerais, Capitã Jane de Oliveira Barreto Calixto. **Conselheiros governamentais SUPLENTEs:** Secretaria de Estado Trabalho e Desenvolvimento Social/SEDESE, Cíntia Mara Batista de Araújo. Pela Secretaria de Estado Trabalho e Desenvolvimento Social/SUBAS, Alessandra Martins Lara de Rezende. Pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Luana de Castro Lopes. Pela Secretaria de Estado de Fazenda Aline Daniella da Silva. **Conselheiros(as) da Sociedade Civil SUPLENTEs:** Associação Casa de Arte e Inclusão Social, Reginaldo Rodrigues Miranda. **CONVIDADOS:** Secretaria Executiva: Christiane Machado, Maria de Lourdes Requeijo de Carvalho e Luciana Fortunato. Pela Diretoria Especial de políticas para Crianças e Adolescentes, Mariany Freitas de Oliveira. Pela Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Cássia Vieira de Melo, Sandra Regina Ferreira Barbosa e Marcus Fuchs, Pela Rede Cidadã, Diego Alves Bezerra. **CONVOCAÇÃO:** Conforme Art. 27, da Resolução CEDCA nº 34/2011, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente de Minas Gerais (CEDCA/MG) convoca V.S.^a para SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA, a se realizar no dia 07 de junho de 2024, de 09h às 12h, na modalidade virtual, em conformidade com deliberação da Diretoria Executiva, em consonância com art. 30 da referida Resolução, e com o estabelecido no Memorando SEDESE/SUBDH nº 351/2022, datado de 05 de maio de 2022, com a seguinte Ordem do Dia: 1. Verificação do Quórum 2. Ausências justificadas 3. Aprovação da Pauta 4. Eleição da Diretoria Executiva 5. Informes 6. Breve Relato. **Item 1 VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM:** Jonacir Dadauto (Rede Cidadã) pede à Secretária Executiva do CEDCA/MG que confira o quórum. Christiane Machado realizou a chamada com a presença registrada de **dezenove conselheiros**, número necessário quórum regimental para abertura dos trabalhos. **Item 2: AUSÊNCIA JUSTIFICADA:** As justificativas apresentadas são aprovadas por unanimidade dos presentes. Passa-se para o **Item 3. APROVAÇÃO DA PAUTA.** Aprovada por unanimidade. Passa-se ao **Item 4. ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA:** O presidente interino solicitou a manifestação dos candidatos a comporem a Diretoria Executiva para o exercício de 18 meses, conforme preconiza a Resolução CEDCA nº34/2011. Foram apresentados os nomes de Giselle da Silva Cyrillo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública para a vice-presidência e Paula Cristina Vieira da Subsecretaria de Assistência Social – SUBAS-SEDESE para o para o secretariado geral As conselheiras cumprem os requisitos de atuação no conselho. Para a Sociedade Civil: A conselheira Andressa de Oliveira Lima se manifestou :” *Manifesto meu interesse em participar da eleição para o cargo de presidente, com o devido respaldo da minha instituição. A Inspetoria São João Bosco se coloca à disposição para assumir o cargo, apoiando as propostas*

apresentadas. *Estou ciente dos muitos desafios que enfrentaremos, mas também reconheço que esta será uma diretoria transitória, uma vez que estamos em processo de nova eleição. Conto com o apoio de todos vocês e me coloco à disposição para contribuir da melhor forma possível.* Ela pediu o apoio dos colegas e se colocou à disposição para assumir a presidência. O conselheiro Edson de Oliveira Edinho Ferramenta Cunha da Associação Amigos do Bugre compartilhou suas reflexões e posicionamentos sobre o processo de eleição da nova Diretoria Executiva do Conselho. Ele destacou a importância da articulação da Sociedade Civil, que tem desempenhado um papel crucial nas atividades do CEDCA. Edinho expressou sua disposição de disputar a presidência e reafirmou a importância da participação da Sociedade Civil na composição do conselho, especialmente a representatividade das regiões do interior. Edinho destacou que o processo eleitoral da Sociedade Civil está judicializado há bastante tempo, aguardando uma decisão do governo, que ainda não se manifestou de forma definitiva sobre a proposta construída. Ele explicou que o objetivo é viabilizar uma nova eleição para a Sociedade Civil, com base em um acordo que prevê uma eleição complementar, considerando parte do processo eleitoral anterior, do qual ele próprio foi presidente da comissão eleitoral. Ele enfatizou que, apesar dos esforços da Sociedade Civil para cumprir com o acordo e ajudar a construir um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público, agora o processo depende da manifestação do governo para que o TAC seja validado e analisado no plenário do conselho. "Eu também fiz uma observação importante, que, claro, vou reforçar junto ao grupo. Não vejo necessidade de omitir isso: nossa presença aqui no conselho não é apenas uma formalidade. Ela se dá por uma razão muito clara: a rebeldia frente à exclusão, a luta contra a injustiça e, principalmente, pela articulação que fizemos ao longo do tempo. Desde que começamos a entender, já há algum tempo, que o interior do Estado, que representa mais de 800 municípios, nunca teve voz nesse espaço. Tivemos o privilégio de nos articular e, desde 2016 até o momento atual, conseguimos garantir que a voz do interior fosse ouvida. Caso contrário, com a última eleição, é possível que o interior perdesse sua representatividade no conselho. A participação do interior é, portanto, fundamental, especialmente porque uma grande parte da sociedade civil que acompanha o conselho vem dessas regiões. É no interior, de fato, onde lidamos diretamente com os problemas das comunidades e, principalmente, com a questão da garantia de direitos para crianças e adolescentes. Nós, portanto, continuaremos a insistir na importância dessa articulação e na manutenção da nossa presença aqui. Em relação à escolha do novo presidente, Edinho menciona que, embora nem todos os conselheiros da sociedade civil estivessem presentes, foi discutido entre o grupo os nomes que deveriam ser encaminhados ao plenário. Manifesta: *"Espero que o Conselho da Criança e do Adolescente de Minas Gerais faça viver a realidade de hoje. Nos últimos anos, de 2016 até agora, 2024, é a primeira vez que nós temos uma composição de uma grande maioria do governo participativo."* Eu tenho a tranquilidade de, neste momento, colocar o meu nome à disposição, independentemente de já ter sido presidente anteriormente. Sei qual foi a minha missão naquele período e como tratei este conselho. No entanto, também não me oponho à possibilidade de apoiar a candidatura da Andressa, sem nenhum problema com isso. O que eu gostaria, senhor presidente, é de ouvir outras opiniões da sociedade civil, para poder tomar uma decisão mais bem fundamentada. Já fiz as minhas considerações enquanto pré-candidato." O conselheiro destacou a participação efetiva da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais no Conselho Estadual e sugeriu que fossem ouvidos os demais conselheiros da sociedade civil. *"O que é essencial é que, ao assumir a presidência, quem for eleito o faça com uma defesa intransigente dos direitos da criança e do adolescente, bem como da sociedade civil que estará sendo representada novamente neste conselho."* O conselheiro consulta se há necessidade de suspensão para que a Sociedade Civil possa fazer o diálogo sobre a escolha entre os dois nomes. Por fim, Edinho refletiu sobre as dinâmicas ativas dentro do conselho e a necessidade de garantir que a sociedade civil, especialmente as vozes do interior, continue tendo um papel relevante nas decisões. Foram apresentadas 2 candidaturas para a presidência que será exercida por representante da Sociedade Civil: Andressa de Oliveira Lima – Inspecção São João Bosco e Edson de Oliveira Edinho Ferramenta Cunha – Associação Amigos do Bugre. O presidente em exercício informou não haver necessidade de pausa da sessão propondo ouvir os demais presentes sobre as candidaturas propostas. O convidado Diego inicia agradecendo o trabalho de Edinho à frente do Conselho, destacando sua dedicação e importância na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Em seguida, defende a candidatura de Andressa, ressaltando a importância de renovar a liderança e abrir espaço para novas pessoas. Ele também destaca a relevância da instituição dos Salesianos, com sua atuação nacional em projetos para crianças e adolescentes. Diego enfatiza a necessidade de maior participação feminina na política e acredita que uma presidência composta exclusivamente por mulheres seria uma grande conquista. Por fim, ele reforça a importância de seguir com a eleição da sociedade civil e superar disputas judiciais, buscando um ambiente de diálogo e democracia. A colaboradora da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente-MG, Cássia Vieira de Melo, inicia esclarecendo que a coordenação da Frente de Defesa não participou das discussões sobre a eleição da mesa diretora e destaca a importância histórica da organização no controle social e nas discussões sobre os direitos da criança e do adolescente. Ela explica que, embora a Frente tenha colaborado com o processo eleitoral no passado, não houve diálogo direto entre a Frente e Andressa ou a Inspecção São João Bosco até o momento. Cássia esclarece que a candidatura de Andressa não foi apresentada oficialmente em nome da Frente de Defesa, o que pode ter gerado confusão, e pede desculpas se houve algum mal-entendido. Ela reafirma que a Frente de Defesa, composta exclusivamente por mulheres em sua atual diretoria, se colocará ao lado

de quem for eleito, seja Andressa ou Edinho, e continuará seu trabalho de pressão e cobrança pela eleição da sociedade civil. Ela conclui agradecendo a paciência e se comprometendo a apoiar e cobrar a execução de políticas públicas de forma construtiva. A conselheira candidata, Andressa reforça o entendimento de Cássia, mencionando um encontro anterior em uma plenária do CEDCA e esclarecendo que sua candidatura foi uma indicação de sua instituição, a Inspeção São João Bosco. Ela destacou que sua participação no conselho não é pessoal, mas como representante de uma entidade que atua há anos na defesa dos direitos da criança e do adolescente, sendo pioneira em programas como a aprendizagem profissional e na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente. Enfatizou a necessidade de fortalecimento da sociedade civil e também do governo, ressaltando ausências nas plenárias. Reconheceu a trajetória de Edinho no conselho e reafirmou seu compromisso em representar sua instituição, que apoia sua disponibilidade para o cargo caso eleita. Ressaltou ainda a importância de resolver rapidamente as questões legais do conselho, mencionando reuniões recentes com a deputada Alê Portela e a doutora Paola, que sinalizaram avanços nos encaminhamentos. Andressa reconheceu que sua candidatura, mas destacou a urgência de tomar uma decisão para evitar mais atrasos. Finalizou colocando-se à disposição para esclarecimentos e comprometendo-se a continuar apoiando o conselho, independente de quem for eleito para a diretoria. Edinho enfatizou que, antes de proceder à votação, é necessário consenso entre os participantes, destacando que uma plenária está sendo atendida para eventuais consultas. Reforçou sua habilidade de diálogo e memória, esclarecendo mal-entendidos sobre suas falas anteriores. Ressaltou que não vinculou institucionalmente a Frente de Defesa à candidatura de Andressa, mas revelou informações sobre vínculos da Inspeção São João Bosco com a Gente de Defesa. Edinho destacou sua defesa contínua do espaço das mulheres na liderança, mencionando que isso foi tema de discussão interna. Ressaltou que sua observação sobre a composição do conselho por três mulheres não é um obstáculo nem argumento para sua candidatura, mas sim uma reflexão sobre representatividade, exemplificando com a baixa presença feminina no Congresso Nacional e os desafios enfrentados por mulheres em cargos de liderança. Edinho lembrou sua trajetória no Conselho, sua contribuição para reengajar colaboradores e órgãos externos, e seu compromisso em luta contra a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ele reafirmou que sua atuação é pautada pelo equilíbrio e pela defesa de valores coletivos, destacando que continuará contribuindo para o enfrentamento de violações dos direitos de crianças e adolescentes. Continuando sua fala, Edinho expressou sua dificuldade em entender se a política do Conselho é tratada como prioridade. Ressaltou que o modelo virtual não permite que o Conselho cumpra seus compromissos de forma adequada, comprometendo a profundidade das discussões. Ele comparou o formato atual, com reuniões de apenas quatro horas, ao modelo presencial previsto no regimento, que permite debates mais amplos e decisões mais robustas, fundamentais para o futuro do Conselho. Edinho criticou a abordagem atual, afirmando que a pressa e a objetividade não são formas eficazes de construir políticas no estado. Ele lamentou pautas paradas há mais de um ano e ressaltou que, para reconstruir, é preciso agir sem adiamentos. Comparou a dinâmica atual, com reuniões curtas, às presenciais, que permitiram mais tempo para alcançar consensos. Destacou ainda que, se o Conselho é prioridade, é necessário estabelecer uma agenda diferente e corrigir falhas, como a permanência de um decreto desatualizado. Edinho argumentou que, com o fim da pandemia, o decreto específico precisa ser revogado e as políticas devem voltar ao formato presencial, mais eficaz que o virtual. Ele afirmou que este é um momento para dialogar e compor uma direção sólida para o Conselho, ouvindo todas as partes e construindo uma perspectiva diferente. Observe-se que a ausência de manifestação da sociedade civil pode ser interpretada como omissão e garantida que não será um obstáculo para o progresso do Conselho. Edinho reafirmou que não tem objeções à composição do Conselho por três mulheres, elogiando a ocupação de espaços de liderança por elas, compromisso que defende. Anunciou a retirada de sua candidatura e declarou apoio à candidatura de Andressa, comprometendo-se a colaborar com o Conselho e a cumprir seu papel regimentalmente, representando sua instituição. Desejou sucesso a Andressa pediu atenção e respeito às servidoras da Secretaria Executiva, destacando o trabalho de excelência realizado por profissionais efetivas que enfrentam desafios no atendimento ao CEDCA. Agradeceu a todos, reafirmou sua disposição de colaborar e devolveu a palavra ao presidente em exercício, formalizando sua retirada da candidatura e seu apoio à candidatura de Andressa. O presidente em exercício informou os nomes da chapa única a disputar a Diretoria executiva: presidência: Andressa de Oliveira Lima – Inspeção São João Bosco, vice presidência: Giselle da Silva Cyrillo – Subsecretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública secretariado geral: Paula Cristina Vieira – Subsecretaria de Estado de Assistência Social. A votação foi nominal sendo aprovada por unanimidade a nova composição da Diretoria Executiva do CEDCA para o período de 18 meses, findando em dezembro de 2025. O conselheiro Jonacir abriu a fala para os demais presentes. A então substituída Diretoria Executiva composta pela conselheira Eliane, Patrícia e conselheiro Edson enfatizaram o espírito de colaboração e os desafios superados ao longo de suas gestões, como a realização de conferências, consultorias, e a boa condução em diálogo com órgãos como o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Agradecimentos especiais foram direcionados aos conselheiros e à sociedade civil pela parceria e suporte, com destaque para o aprendizado mútuo e o fortalecimento das políticas públicas. Eliane e Patrícia reforçaram a importância da alternância de lideranças para trazer novas perspectivas e oxigenar os debates. Edinho destacou a necessidade de priorizar o retorno das atividades presenciais do conselho para uma análise mais eficaz dos processos e demandas. Todos reconheceram a urgência de resolver a judicialização

do processo eleitoral e garantir uma composição definitiva e funcional para o conselho. A nova mesa diretora, composta por Andressa, Paula e Giselle, foi celebrada como um marco de continuidade e avanço no trabalho do conselho. Elas foram parabenizadas por seu comprometimento com a política pública, especialmente na área da primeira infância, e receberam total apoio das gestões anteriores. O conselheiro Hudson reforçou a importância de consolidar o papel do conselho como engrenagem central no Sistema de Garantia de Direitos, destacando a atuação da sociedade civil e da Frente de Defesa como essenciais para o futuro. A representante da Assembleia Legislativa, Deputada Alê Portela se manifestou parabenizando a gestão conduzida por Eliane Quaresma, Patrícia Araújo e Edson de Oliveira destacando sua dedicação e comprometimento com a pauta da infância como causa de vida. Anunciou sua saída do conselho e sua posse como Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, reforçando que a infância e a adolescência continuarão sendo prioridade em sua nova função. Ressaltou a importância de políticas públicas transversais e convidou o conselho para um encontro presencial na Ultramig, fortalecendo o diálogo e a parceria com a nova gestão. Passou-se então para o próximo ponto da pauta: **Item 5. INFORMES: 1º Secretaria de Saúde. Participação no GT da Defensoria Pública:** Representante da Secretaria de Saúde relatou sua participação no Grupo de Trabalho sobre **vacinação nas escolas, informou das estratégias apresentadas: Declaração Vacinal no Ato da Matrícula:** Implementação piloto em Belo Horizonte, com articulação entre as unidades de saúde e escolas; **Busca Ativa:** Envolvimento do Conselho Tutelar em casos de crianças com cartões vacinais desatualizados; **Vacinação nas Escolas:** Promoção direta de campanhas vacinais dentro das unidades escolares; **Respaldo Jurídico:** Desenvolvimento de termo de compromisso entre a Defensoria Pública, Secretaria de Saúde e Educação, visando segurança jurídica aos gestores escolares. **Avanços:** A coordenação do Programa Saúde na Escola destacou os esforços em fomentar essas ações por meio de resoluções e notas técnicas conjuntas. **2º Seminário Estadual sobre a Primeira Infância.** Objetivo: Debater diretrizes para a formulação de um plano estadual e municipal voltado para a política de priorização da primeira infância. Resultados: Lançamento de um decreto que define diretrizes para políticas públicas e a criação de um comitê estadual. Envolvimento do CEDCA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente) como parceiro fundamental. Incentivo para que municípios desenvolvam seus planos locais. **Desafio Futuro:** O governo e a sociedade civil deverão dar continuidade às iniciativas discutidas. Os informes reforçaram o avanço em duas frentes importantes: **vacinação escolar e priorização da primeira infância**, além de destacar a relevância de uma gestão aberta e articulada para fortalecer as políticas públicas. O apoio do governo estadual é visto como essencial para garantir o sucesso dessas ações. **Item 6. BREVE RELATO:** Foi lido pela Secretária Executiva do CEDCA, Christiane Machado e aprovado por unanimidade. Em seguida, às 11.34h, Jonacir Dadauto encerra a 452ª sessão plenária com mensagens de otimismo, reconhecimento mútuo e o fortalecimento da união entre gestores, conselheiros e representantes da sociedade civil ao comprometimento e à articulação para garantir a eficácia do conselho e a priorização dos direitos das crianças e adolescentes em Minas Gerais. Agradece à Secretaria Executiva pelo apoio na realização dessa reunião e a participação de todos os presentes. Eu, Luciana Márcia Fortunato, servidora da Secretaria Executiva do CEDCA/MG – Masp: 929690-6, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes nesta reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Mariângela de Bessa Chácara, Servidor (a) Público (a)**, em 20/12/2024, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geniane Pereira dos Santos, Servidor (a) Público (a)**, em 20/12/2024, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giselle da Silva Cyrillo, Subsecretária**, em 26/12/2024, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jonacir Dadalto, Usuário Externo**, em 27/12/2024, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Quaresma Caldeira de Araujo, Coordenador(a)**, em 27/12/2024, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson de Oliveira Edinho Ferramenta Cunha, Usuário Externo**, em 27/12/2024, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Roberto Lino, Usuário Externo**, em 27/12/2024, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Araújo Azevedo Alves, Usuário Externo**, em 27/12/2024, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudinei dos Santos Lima, Usuário Externo**, em 28/12/2024, às 07:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andressa de Oliveira Lima, Usuário Externo**, em 02/01/2025, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson de Sales Lana, Gestor Fazendário**, em 02/01/2025, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Resende Pena, Coordenador(a)**, em 10/01/2025, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jussara Guiomar Ferreira Vilaca de Pardo, Servidor(a) Público(a)**, em 22/01/2025, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ramon Marcio de Oliveira, Usuário Externo**, em 11/02/2025, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **104336662** e o código CRC **F22B9EBD**.

Referência: Processo nº 1480.01.0002059/2024-52

SEI nº 104336662